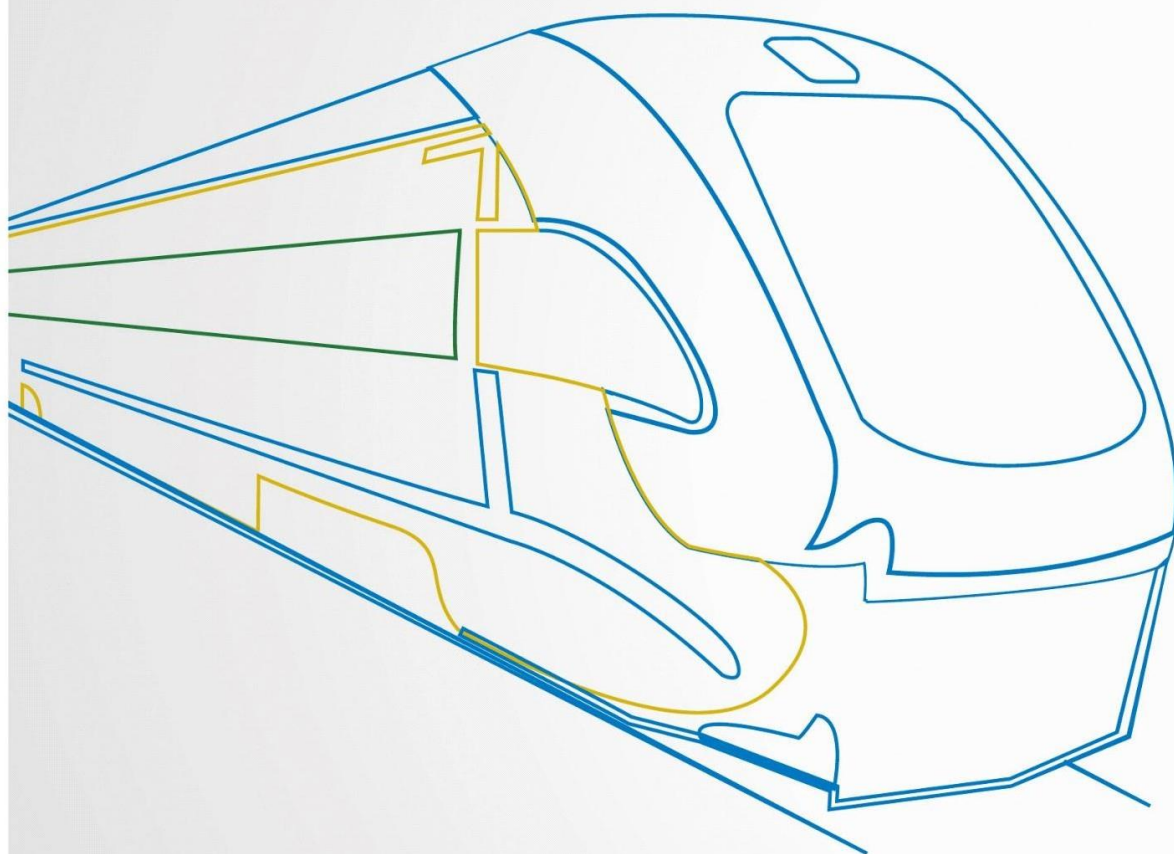


CONTRATO Nº 036-2022/DA

**CBTU
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS**

&

**CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE
BENS, SERVIÇOS E
TURISMO - CNC**



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS



LOCATÁRIO: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU

**LOCADORA: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO -
CNC**

CLÁUSULAS CONTRATUAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA:	- OBJETO
CLÁUSULA SEGUNDA:	- DA DESTINAÇÃO DO IMÓVEL E ESPECIFICAÇÕES
CLÁUSULA TERCEIRA:	- PRAZO DE VIGÊNCIA
CLÁUSULA QUARTA:	- DAS BENFEITORIAS E CONSERVAÇÃO
CLÁUSULA QUINTA:	- VALOR DA LOCAÇÃO
CLÁUSULA SEXTA:	- FORMA DE PAGAMENTO
CLÁUSULA SÉTIMA:	- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
CLÁUSULA OITAVA:	- REAJUSTE
CLÁUSULA NONA:	- GARANTIA DE EXECUÇÃO (NÃO APLICÁVEL)
CLÁUSULA DÉCIMA:	- OBRIGAÇÕES DA LOCADORA
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:	- OBRIGAÇÕES DA CBTU
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:	- EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:	- GESTÃO E FISCALIZAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:	- RECEBIMENTO DO IMÓVEL
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:	- ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:	- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:	- EXTINÇÃO E RESCISÃO
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:	- RESPONSABILIDADE CIVIL
CLÁUSULA DÉCIMA NONA:	- RECURSO ADMINISTRATIVO
CLÁUSULA VIGÉSIMA:	- COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES
CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:	- ANEXOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA:	- CASOS OMISSOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA:	- PUBLICAÇÃO
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA:	- FORO

Termo de Contrato de locação de imóvel que entre si celebram, de um lado a **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU** e do outro, **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO - CNC**, na forma abaixo:

PREÂMBULO

A **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU**, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 42.357.483/0001-26, com sede no endereço SAUS Quadra 01, Lote 1/6, Bloco H, Edifício Telemundi II, 2º e 11º a 14º andar – Asa Sul – Brasília/DF, nesta cidade, doravante denominada **LOCATÁRIA**, neste ato representada por seu Diretor-Presidente **JOSÉ MARQUES DE LIMA**, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED], emitida pela **SSP/PE**, inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED] e por sua Diretora de Administração e Finanças **ADRIANA FONSECA LINS**, portadora da carteira de identidade nº [REDACTED], expedida pelo **CREA/RJ**, inscrita no CPF/MF sob o nº [REDACTED] e a empresa **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO - CNC**, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 33.423.575.0001-76, com sede na SBN quadra 01, bloco B, nº 14, 15º ao 18º andar, Asa Norte, Brasília, CEP: 70.041-902, em Brasília -DF, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu presidente **JOSÉ ROBERTO TADROS**, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED], expedida pela **SSP/AM**, inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED] vem celebrar o presente Termo de Contrato, em decorrência da **Dispensa de Licitação nº 10/GALIC/2022/CBTU-AC/P**, Processo Administrativo PROT nº 4212/2022, e em observância às disposições da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CBTU – RILC/CBTU, no que couber pela Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, e dos preceitos de direito privado, bem como em harmonia com os princípios constitucionais, princípios da Administração Pública, disposições do Tribunal de Contas da União e pelas Cláusulas e Condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a **Locação não residencial de imóvel situado no Setor Bancário Norte (SBN), Quadra 1, Bloco “B”, Edifício CNC, Asa Norte, Brasília/DF, composto por 5 (cinco) pavimentos - 9º ao 13º, incluindo 60 (sessenta) vagas de garagem privativa, com 3.401,30 m² (três mil, quatrocentos e um metros**

quadrados e trinta centímetros quadrados) de área de escritório e 7.517,75 m² (sete mil, quinhentos e dezessete metros quadrados e setenta e cinco centímetros quadrados) de área total, para instalação da sede da Administração Central da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU/AC, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que é parte integrante deste instrumento – Anexo I.

1.2. Integram, ainda, o presente contrato a proposta apresentada pela **LOCADORA** – Anexo II, e o Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios, da CBTU – RILC/CBTU, disponível em: https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/geste/contratosgeris/rilc-cbtu - rev.03 - jan-21 - rpr_346-20.pdf; independentes de transcrição.

1.3. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições dos documentos mencionados nos itens anteriores e as deste contrato, prevalecerão as regras contidas no contrato.

1.4. Considerando a existência de empregados da Administração Central da CBTU exercendo suas atribuições na cidade do Rio de Janeiro/RJ por força de medida liminar judicial e visando resguardar os interesses das partes contratantes, em respeito aos princípios da confiança, da lealdade e da boa-fé contratual, a CBTU realizará, como medida de gerenciamento de riscos, a revisão deste contrato a cada 6 (seis) meses, com vistas a verificar a manutenção das condições e características que justificaram a locação do imóvel, em especial a adequação e proporcionalidade entre suas dimensões e o quantitativo da população nele alocada.

1.4.1. O início da revisão de que trata este item será precedido de comunicação expressa à **LOCADORA**, diretamente ou por intermédio da empresa responsável pela administração do imóvel locado;

1.4.2. Relativamente à primeira revisão, o prazo de 6 (seis) meses será contado da data da entrega definitiva do imóvel, pronto para uso pela CBTU, conforme item 8.2 do Termo de Referência – Anexo I; as revisões subsequentes ocorrerão 6 (seis) meses após o encerramento da anterior; e

1.4.3. Ocorrendo qualquer alteração na situação fática dos empregados amparados pela medida liminar judicial de que trata este item, imediatamente será iniciada a revisão deste contrato de locação, em especial do dimensionamento do imóvel, a fim de se adequar à nova realidade, com a adoção tempestiva das medidas necessárias; mantendo-se sempre o diálogo e a cooperação com a **LOCADORA** do imóvel.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESTINAÇÃO DO IMÓVEL E ESPECIFICAÇÕES

2.1. O imóvel objeto do presente Contrato de Locação destina-se a abrigar a sede administrativa da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

2.2. A área a ser locada pela **CBTU**, pertencente ao imóvel já identificado neste Termo, dispõe de, aproximadamente, uma área total de 7.517,75 m² (sete mil, quinhentos e dezessete metros quadrados e setenta e cinco centímetros quadrados), distribuídos pelos seguintes pavimentos:

2.2.1. 9º andar: Área escritório: 680,26 m²/ Área total: 1.503,55m²;

2.2.2. 10º andar: Área escritório: 680,26 m²/ Área total: 1.503,55m²;

- 2.2.3. 11º andar: Área escritório: 680,26 m²/ Área total: 1.503,55m²;
2.2.4. 12º andar: Área escritório: 680,26 m²/ Área total: 1.503,55m²;
2.2.6. 13º andar: Área escritório: 680,26 m² / Área escritório: 1.503,55m²; e
2.2.7. Total: Área escritório: 3.401,30 m²/ Área total: 7.517,75 m²

2.3. O imóvel objeto da locação, bem como suas especificações e detalhes, consta do Termo de Referência, ANEXO I do presente Contrato.

2.4. A **LOCADORA** deverá permitir que a **CBTU** realize a sinalização identificação visual da Companhia em totem a ser instalado na área externa do jardim, conforme definição conjunta, no padrão utilizado pela Cia para facilitar a identificação para o público externo.

2.5. Durante toda a execução deste contrato a **LOCADORA** se compromete a observar, integralmente, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

2.6. Para efeito de cumprimento da regra supracitada, os documentos referidos no item anterior se encontram disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos, facultando-se a **LOCADORA**, ainda, solicitar formalmente cópia daqueles ao gestor deste instrumento:

2.6.1. Código de Ética:

<https://www.cbtu.gov.br/images/home/acbtu/codigodeeticacbtu190918.pdf>;

2.6.2. Código de Conduta e Integridade:

https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/codigo_de_conduta_e_integridade.pdf; e

2.6.3. Política de Transações com Partes Relacionadas:

https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/politica_de_transacoes_com_partes_relacionadas.pdf.

2.6.4 A LOCATÁRIA declara conhecer o Código de Conduta e Ética da LOCADORA, disponível no link https://portal-bucket.azureedge.net/wp-content/2021/12/Livreto_Cod_Etica_e_Conduta.pdf, concordando e comprometendo-se a cumprir todas as disposições ali previstas aplicáveis aos prestadores de serviços.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência do contrato será de 05 (cinco) anos, contados a partir da assinatura.

3.1.1. Conforme item 8.2 do Termo de Referência, os efeitos financeiros do contrato serão iniciados a partir da entrega definitiva do imóvel, pronto para uso pela **CBTU**.

3.2. A prorrogação será precedida da comprovação da vantajosidade para a **CBTU**, inclusive mediante a realização de levantamento de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da administração pública;

3.3. O contrato continuará em vigor em qualquer hipótese de alienação do imóvel locado, na forma do art. 8º da Lei nº 8.245/91, ficando a **CBTU**, desde já, autorizada a proceder com a averbação do instrumento contratual na matrícula do imóvel junto ao Oficial de Registro de Imóveis competente, correndo as despesas por conta da **LOCADORA**.

3.4. As eventuais prorrogações do instrumento contratual serão processadas mediante aditamento.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS BENFEITORIAS E CONSERVAÇÃO

4.1. As benfeitorias necessárias introduzidas pela **CBTU**, ainda que não autorizadas pela **LOCADORA**, bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção, de acordo com o art. 35 da Lei nº 8.245/91, e o art. 578, do Código Civil.

4.2. A **CBTU** fica desde já autorizada a fazer, na área de ocupação locada, as adaptações indispensáveis ao desempenho das suas atividades.

4.3. Em qualquer caso, todas as benfeitorias desmontáveis, tais como lambris, biombos, cofre construído, tapetes e lustres poderão ser retiradas pela **CBTU**, desde que não sejam de propriedade da **LOCADORA**.

4.4. Finda a locação, será o imóvel devolvido à **LOCADORA**, nas condições em que foi recebido pela **CBTU**, salvo os desgastes e deteriorações decorrentes do uso regular

5. CLÁUSULA QUINTA – VALOR DA LOCAÇÃO

5.1. O valor mensal do aluguel é de **R\$ 204.075,00 (duzentos e quatro mil e setenta e cinco reais)**, conforme proposta da contratada.

5.2. Além da importância devida com a locação, a **CBTU** pagará os encargos condominiais do edifício, mediante rateio, em valor variável e proporcional a área de ocupação locada, cuja estimativa apresentada na proposta é de R\$ 14,03 m², totalizando R\$ 105.481,90 mensais.

5.2.2. As despesas condominiais deverão incluir as seguintes: (i) seguros e licenças; (ii) água; (iii) energia elétrica; (iv) manutenção predial corretiva e preventiva (elétrica, hidráulica, bombas, geradores, escadas, portões, cancelas, catracas, extintores de incêndio, detectores de fumaça, sprinklers, dentre outros); (v) manutenção corretiva e preventiva do sistema de climatização; (vi) manutenção corretiva e preventiva dos elevadores; (vii) vigilância dos acessos e áreas comuns; (viii) recepção dos acessos; (ix) limpeza e conservação das áreas comuns; (x) coleta de resíduos; e (xi) brigada de incêndio.

5.2.3. A título de referência, o valor do IPTU no exercício de 2022 em relação aos cinco pavimentos ofertados foi de R\$ 129.691,85 (cento e vinte e nove mil seiscentos e noventa e um reais e oitenta e cinco centavos).

5.2.4. Os custos com as despesas acima previstas, incluído os tributos, bem como aquelas consideradas despesas ordinárias de condomínio (art. 23, inciso XII e § 1º da Lei

nº 8.245/91), serão pagos pela **CBTU**, mediante rateio, em valor proporcional a área de ocupação locada.

5.2.5. A **CBTU** poderá exigir da **LOCADORA** a comprovação das despesas previstas nos subitens anteriores

5.3. Além das despesas descritas no item anterior, a **LOCADORA** disponibilizará, conforme demanda da **CBTU**, serviço especializado de arquitetura a fim de dar suporte e/ou executar eventuais modificações/alterações do lay-out das áreas de ocupação locadas pela Companhia.

5.3.1. Os custos com o serviço previsto neste item serão pagos pela **LOCADORA** e, posteriormente, ressarcidos pela **CBTU** mediante cobrança na fatura de condomínio do mês seguinte à prestação do serviço.

5.4. Eventuais despesas extraordinárias de condomínio previstas no art. 22, inciso X e parágrafo único da Lei nº 8.245/91 constituirão obrigações da **LOCADORA** e não serão ressarcidas pela **CBTU**.

5.5. Os efeitos financeiros deste Contrato serão devidos a partir do recebimento provisório previsto no item 14.5 da Cláusula Décima Quarta, cumpridas as obrigações da **LOCADORA** quanto às condições de entrega do imóvel.

6. CLÁUSULA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento do aluguel será efetuado mensalmente mediante crédito em conta corrente da **LOCADORA** até o **10º (décimo) dia útil** subsequente ao mês da locação, a partir da data de apresentação do documento de cobrança (nota fiscal/fatura) em conformidade com as regras prevista neste item, devidamente atestado pela gestão e fiscalização do contrato, realizada a prévia verificação da regularidade fiscal da **LOCADORA**.

6.1.1. Ocorrendo erro ou rasura na apresentação da Nota Fiscal/ Fatura, ela será devolvida a **LOCADORA** para retificação, ficando estabelecido que o pagamento será efetuado após a apresentação de nova Nota Fiscal/Fatura devidamente retificado (a), iniciando-se nova contagem de tempo.

6.2. Deverão constar no documento de cobrança, obrigatoriamente:

6.2.1. Descrição do objeto;

6.2.2. Valor total, com as deduções de impostos devidos;

6.2.3. Número do instrumento contratual; e

6.2.4. Banco, número da agência e conta corrente para o pagamento.

6.3. A **CBTU** poderá efetuar eventuais descontos do pagamento decorrentes da imposição de multas à **LOCADORA**.

6.4. A **LOCADORA** deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação de que cumpriu as seguintes exigências, cumulativamente:

- 6.4.1. Declaração de Opção do Simples Nacional, se for o caso;
- 6.4.2. Certidão de regularidade junto à Fazenda Federal e à Seguridade Social (CONJUNTA);
- 6.4.3. Certidão de regularidade com o FGTS (FGTS-CRF).
- 6.5. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela **LOCADORA**:
- 6.5.1. Em meio físico: no PROTOCOLO da Administração Central; ou
- 6.5.2. Em meio digital no endereço eletrônico fornecido pela gestão do contrato.
- 6.6. Caso o documento de cobrança esteja em desacordo com as disposições previstas neste Termo de Referência e/ou no contrato de locação ou sem a observância das formalidades legais pertinentes, a **LOCADORA** deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança, não configurando atraso no pagamento.
- 6.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **LOCADORA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela **CBTU**, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, terá a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \rightarrow I = \frac{(6/100)}{365} \rightarrow I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista para o exercício de **2022**, conforme classificação abaixo:

7.1.1. Programa de Trabalho: 15.122.0032.2000.0001

7.1.2. Elemento de Despesa: 339039

7.1.3. Plano Interno: A1DEBS05

7.1.4. Categoria Econômica: ORCUST

7.2. A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada a **CBTU**, pela Lei Orçamentária Anual.

8. CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE

8.1. O valor das parcelas do contrato será fixo e irrevogável durante o período de 12 (doze) meses.

8.2. Será admitido o reajuste do preço do aluguel, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do Contrato, ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, sendo que a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste, utilizando-se a variação do Índice Geral de Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, ou outro que venha substituí-lo.

8.3. O reajuste será formalizado por simples apostilamento ou, caso ocorra no momento da prorrogação da vigência do contrato, no mesmo termo aditivo.

8.4. A **CBTU** deverá assegurar-se de que o novo valor do aluguel é compatível com os preços praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. Esta cláusula não se aplica ao contrato, nos termos do item 17, do Termo de Referência – Anexo I.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA LOCADORA

10.1. Além das obrigações constantes das demais cláusulas contratuais, do termo de referência e da proposta, partes integrantes deste termo de contrato, independente de transcrição, cabe à **LOCADORA** o cumprimento das seguintes obrigações:

10.2. Cumprir todas as cláusulas e todos os prazos previstos neste Termo de Referência, na sua proposta e no contrato de locação.

10.3. Comunicar por escrito a **CBTU**, através do gestor do contrato, caso ocorra qualquer fato que impossibilite o cumprimento das cláusulas contratuais dentro dos prazos previstos.

10.4. Manter, durante toda vigência do contrato, o imóvel segurado, entregando cópia da apólice ao gestor do contrato a ser indicado pela administração.

10.5. Manter, durante toda vigência do contrato, em perfeito estado de funcionamento, os elevadores, os sistemas de ar-condicionado, combate a incêndio e rede de lógica, bem como o sistema hidráulico e a rede elétrica.

10.6. Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação.

10.7. Supervisionar o andamento de todos os serviços pelos quais se responsabiliza contratualmente.

10.8. Administrar, com pessoal especializado, a manutenção do imóvel, relativos a vícios construtivos.

10.9. Prestar orientação e assistência permanente à **CBTU**, relativamente ao objeto deste Termo.

10.10. Ressarcir, na hipótese de rescisão contratual antecipada, por culpa a si atribuída, todas as despesas havidas pela **CBTU** com a incorporação de benfeitorias necessárias e úteis.

10.11. Autorizar a retirada das benfeitorias realizadas no imóvel, caso não haja acordo para que permaneçam instaladas, ressalvadas as de caráter estrutural que não puderem ser retiradas sem causar dano ao imóvel.

10.12. Pagar os tributos, os prêmios de seguros e as despesas com licenças que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel.

10.13. Apresentar à **CBTU**, sempre que solicitado, a comprovação das despesas que estão sendo exigidas na fatura do condomínio.

10.14. Pagar as despesas extraordinárias de condomínio, entendidas como aquelas que não se refiram aos gastos rotineiros de manutenção do edifício, como, por exemplo:

10.14.1. obras de reformas ou acréscimos que interessem à estrutura integral do imóvel;

10.14.2. pintura das fachadas, empenas, poços de aeração e iluminação, bem como das esquadrias externas;

10.14.3. obras destinadas a repor as condições de habitabilidade do edifício;

10.14.4. indenizações trabalhistas e previdenciárias pela dispensa de empregados, ocorridas em data anterior ao início da locação;

10.14.5. instalação de equipamento de segurança e de incêndio, de telefonia, de intercomunicação, de esporte e de lazer;

10.14.6. despesas de decoração e paisagismo nas partes de uso comum; e

10.14.7. constituição de fundo de reserva, e reposição deste, quando utilizado para cobertura de despesas extraordinárias.

10.15. Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pela **CBTU** ou seus representantes, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

10.16. Fornecer à **CBTU** descrição minuciosa do estado do imóvel, inclusive móveis e acessórios existentes, no momento da entrega e sempre que solicitado.

10.17. Designar um representante perante a **CBTU**, para prestar todos os esclarecimentos necessários e atender às reclamações que por ventura surgirem durante a locação.

10.18. Garantir, durante todo o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel locado.

10.19. Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel.

10.20. Somente após a aquiescência da **CBTU**, o Locador poderá vender e/ou transferir o referido imóvel, obrigando, portanto, a manter o prazo contratual.

10.21. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento das obrigações decorrentes da presente locação, ficando claro, que a ação ou omissão total ou parcial da fiscalização da **CBTU**, não eximirá o Locador de suas responsabilidades.

10.22. Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação para contratar com a **CBTU**, apresentando, sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal.

10.23. Durante toda a execução do contrato de locação e na relação com a **CBTU** e seus representantes, o Locador se compromete a observar, integralmente, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

10.24. Para efeito de cumprimento da regra supracitada, os documentos referidos no item anterior se encontram disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos, facultando-se ao Locador, ainda, solicitar formalmente cópia daqueles ao gestor do contrato:

10.24.1. Código de Ética:

<https://www.cbtu.gov.br/images/home/acbtu/codigodeeticacbtu190918.pdf>;

10.24.2. Código de Conduta e Integridade:

https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/codigo_de_conduta_e_integridade.pdf;

10.24.3. Política de Transações com Partes Relacionadas:

https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/politica_de_transacoes_com_partes_relacionadas.pdf.

10.25. As obrigações previstas nesta Cláusula deverão ser cumpridas pela LOCADORA diretamente ou através da empresa responsável pela administração do imóvel.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CBTU

11.1. Além das obrigações constantes das demais cláusulas contratuais, do termo de referência e da proposta, partes integrantes deste termo de contrato, independente de transcrição, cabe à **CBTU**:

11.2. A **CBTU** se obriga a destinar o imóvel, exclusivamente, ao funcionamento das atividades da sede da Administração Central, sendo vedada a transferência da locação, a qualquer título, salvo com prévio e escrito consentimento da **LOCADORA**.

11.3. Cumprir todas as cláusulas e todos os prazos previstos neste Termo e no contrato de locação.

11.4. Consentir com a realização de reparos urgentes, a cargo da **LOCADORA**, assegurando-se o direito ao abatimento proporcional do aluguel, caso os reparos durem mais de dez dias, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.245, de 1991.

11.5. Realizar nele, por sua conta, a obra de reparação dos estragos a que der causa, desde que não provenientes de seu uso normal.

- 11.6. Restituir o imóvel, quando finda a locação, no estado em que o recebeu, conforme Laudo de Vistoria, salvo as deteriorações de seu uso regular e as modificações nele admitidas por representante, com poderes para assinar o respectivo Laudo.
- 11.7. Efetuar os pagamentos nas datas e prazos estipulados em contrato.
- 11.8. Realizar o pagamento da taxa de condomínio de modo a ressarcir os encargos condominiais, em valor proporcional à área de ocupação locada.
- 11.9. Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelo representante da **LOCADORA**.
- 11.10. Submeter à aprovação da **LOCADORA**, que deverá se manifestar no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, projetos para modificações/alterações das instalações locadas.
- 11.11. Abster-se de depositar materiais inflamáveis, explosivos ou corrosivos, incompatíveis com os fins institucionais da Companhia.
- 11.12. Garantir à **LOCADORA** o direito de vistoriar o imóvel sempre que julgar conveniente, observadas as formalidades previstas no inciso IX do art. 23 da Lei nº 8.245, de 1991.
- 11.13. Promover o registro do contrato de locação no ofício imobiliário competente, assegurando a ininterrupção da locação, caso ocorra a alienação do imóvel, durante a vigência pactuada.
- 11.14. Levar imediatamente ao conhecimento da **LOCADORA** o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a ela incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros.
- 11.15. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio do Gestor do Contrato, exigindo seu fiel e total cumprimento.
- 11.16. Notificar, formal e tempestivamente, a **LOCADORA** sobre irregularidades observadas.
- 11.17. Cumprir integralmente a convenção de condomínio e os regulamentos internos.
- 11.18. Enviar para o endereço indicado pela **LOCADORA** toda e qualquer correspondência pertinente ao imóvel, especialmente intimações, documentos relativos a tributos, carnês de pagamento de prestações, ainda que dirigidas à **CBTU**, nos termos do inciso VII do art. 23 da Lei nº 8.245/91.
- 11.19. Aplicar à **LOCADORA** as penalidades contratuais e legais cabíveis, mediante procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 11.20. Expedir, após o encerramento do Contrato, o respectivo Termo de Encerramento, desde que não existam pendências físicas e/ou financeiras no Contrato, providenciando a correta assinatura pelas partes contratantes, observadas as normas internas da **CBTU**.
- 11.21. Proceder, como medida de gerenciamento de riscos, com a revisão periódica de que trata o item 1.4 deste contrato, dando ciência prévia à **LOCADORA**, diretamente ou por intermédio da empresa responsável pela administração do imóvel.

11.22. A **CBTU** deverá disponibilizar à **LOCADORA**, através do gestor deste contrato, seu Código de Ética, seu Código de Conduta e Integridade e sua Política de Transações com Partes Relacionadas, em meio eletrônico e/ou físico.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

12.1. As partes não são responsáveis pelo inadimplemento que resultar de casos fortuitos ou de força maior previsto no artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

12.2. A parte cuja obrigação for impedida ou retardada por qualquer dos fatos ou atos acima mencionados, deverá, imediatamente, comunicar e provar a ocorrência, expondo as razões pelas quais está compelida a retardar a execução do pactuado.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

13.1. A gestão, a fiscalização e a supervisão do contrato ficarão a cargo da **CBTU**, através da área demandante da contratação que, dentre outras atribuições que lhe são próprias, terá o encargo de acompanhar a conformidade da locação; apontando os atrasos e fatos ocorridos durante a execução dos serviços passíveis de sanções.

13.1.1. Os empregados responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão especialmente designados por ato específico elaborado pela Diretoria competente no prazo de 10 (dez) dias contados da sua assinatura.

13.2. As atividades de fiscalização deverão observar as regras estabelecidas neste contrato, no termo de referência e na proposta da **LOCADORA**, bem como a legislação aplicável e as normas internas específicas da **CBTU**, em especial o RILC/CBTU e a Resolução do Diretor de Administração e Finanças nº 031-09, de 20 de fevereiro de 2009, ou outra que venha a substituí-la.

13.3. A **LOCADORA** deverá designar um representante para acompanhamento e controle da execução do contrato de locação, no mesmo prazo previsto acima.

13.4. As deliberações tomadas de comum acordo entre o gestor indicado pela **CBTU** e o representante da **LOCADORA** serão suficientes para o cumprimento das obrigações estipuladas na avença, incluídos os cronogramas físico e financeiro, quando houver.

13.5. As deliberações e demais documentos produzidos pelos representantes das partes serão havidos como parte integrante e complementar do contrato de locação.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RECEBIMENTO DO IMÓVEL

14.1. O imóvel é de propriedade da empresa Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - Cnc, inscrita no CNPJ sob o nº 33.423.575/0001-76.

14.2. O imóvel é administrado pela empresa Iris Gestão Patrimonial LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 16.434.533/0001-11.

14.3. A **CBTU** declarará receber as áreas locadas nas condições descritas no laudo de vistoria a ser firmado pelas partes.

14.4. Ficará a cargo da **CBTU** a responsabilidade quanto ao recebimento da área locada.

14.5. O recebimento provisório será realizado pela **CBTU**, através do empregado ou comissão responsável pelo acompanhamento e fiscalização, mediante assinatura do laudo de vistoria de que trata o item 14.3.

14.6. O recebimento definitivo será realizado mediante termo, assinado pela gestão e fiscalização do contrato, após a verificação de conformidade do imóvel com o contrato de locação e o projeto de layout aprovado, em até 90 (noventa) dias, a contar da efetiva instalação da **CBTU** no imóvel.

14.7. O recebimento da área locada não exclui a responsabilidade civil, principalmente quanto à solidez e segurança do imóvel locado, nem ético profissional pela perfeita execução nos limites estabelecidos pelo Código Civil Brasileiro e pelo instrumento contratual.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÃO CONTRATUAL

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 81, da Lei nº 13.303/2016.

15.2. As alterações contratuais serão formalizadas através de Termo Aditivo.

15.3. A celebração de aditamentos contratuais deverá ser precedida de acordo entre as partes e atenderá às regras dispostas nos artigos 232 e 234, do RILC/CBTU, além das disposições previstas na Lei nº 8.245, de 1991.

15.4. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previstos neste contrato e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do contrato e podem ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. São situações ensejadoras da aplicação de sanções à **LOCADORA**, o atraso injustificado na execução deste contrato (mora) e/ou a sua inexecução total ou parcial.

16.2. O atraso injustificado na execução deste contrato sujeita a **LOCADORA** à multa de mora, nos termos do art. 82, da Lei nº 13.303/2016.

16.2.1. A multa moratória será de 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do contrato, até o limite de 15 (quinze) dias;

16.2.2. A multa moratória será de 3% (três por cento) até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, em caso de atraso por período superior ao previsto no subitem acima; e

16.2.3. A multa a que alude este item não impede que a **CBTU** rescinda e/ou aplique as outras sanções previstas neste contrato.

16.3. A inexecução total ou parcial deste contrato sujeita a **LOCADORA** às seguintes sanções, desde que observado o devido processo administrativo sancionador, garantidos o contraditório e a ampla defesa:

16.3.1. Advertência;

16.3.2. Multa, limitada a 5% (cinco por cento) sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura mensal, referente ao mês em que for constatado o descumprimento de qualquer obrigação prevista no Termo de Referência ou no contrato para as quais não tenha sido definida sanção específica;

16.3.2.1. Em caso de reincidência, a multa a ser aplicada será o dobro do percentual aplicado anteriormente, calculado sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura mensal, referente ao mês em que for constatado o novo descumprimento contratual

16.3.3. Multa, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, nos casos de rescisão contratual por culpa do Locador; e

16.3.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com toda a **CBTU**, incluindo a Administração Central e as Superintendências de Trens Urbanos, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

16.4. A multa aplicada será compensada com eventuais créditos em favor da **LOCADORA** decorrentes da execução deste Contrato, observadas as disposições dos artigos 368 e seguintes do Código Civil de 2002.

16.5. Caso não seja possível a utilização da regra prevista no item anterior, a multa será executada na seguinte ordem:

16.5.1. Mediante cobrança administrativa, através do envio, pelo gestor do contrato, de Guia de Recolhimento da União – GRU, à **LOCADORA**, para pagamento no prazo definido pela autoridade competente;

16.5.2. Mediante desconto da garantia de execução, caso prevista;

16.5.3. Mediante descontos dos pagamentos eventualmente devidos pela **CBTU**, caso a multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, sem prejuízo da perda desta; ou

16.5.4. Mediante processo de execução, valendo o presente contrato como título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III, do Novo Código Processual Civil.

16.6. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CBTU** poderá ser aplicada à **LOCADORA** nas hipóteses previstas pelo art. 245, do RILC/CBTU.

16.7. As sanções previstas nesta Cláusula poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão deste contrato:

16.7.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.7.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; ou

16.7.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CBTU**, em virtude de atos ilícitos praticados.

16.8. O processo administrativo sancionador observará o disposto nos artigos 247 e 248, do RILC/CBTU.

16.9. Aplicam-se a este contrato as normas de direito penal previstas no Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – EXTINÇÃO E RESCISÃO

17.1. Este contrato de locação será extinto:

17.1.1. Pelo advento de termo ou condição nele prevista;

17.1.2. Pelo término do seu prazo de vigência;

17.1.3. Pela sua rescisão.

17.2. A rescisão deste contrato poderá ser:

17.2.1. Amigável, por acordo entre as partes reduzida a termo de distrato, desde que haja conveniência para a **CBTU**;

17.2.2. Pela via judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

17.3. No caso de a **LOCADORA** solicitar a rescisão unilateral, sem que haja culpa da **CBTU**, deverão ser observadas as regras previstas no art. 241, parágrafo 6º do RILC-CBTU.

17.4. Constituem motivos específicos para a rescisão do contrato de locação:

17.4.1. incêndio ou desmoronamento, que impossibilitem a sua ocupação;

17.4.2. caso fortuito ou força maior, definida no artigo 393, parágrafo único, do Código Civil;

17.4.3. não apresentação, por parte da **LOCADORA**, da documentação necessária para a regularidade da locação;

17.4.4. possibilidade da **CBTU** vir a estabelecer-se em imóvel de forma não onerosa.

17.5. Além das hipóteses acima, constituem motivos para a rescisão deste contrato as hipóteses previstas no art. 240, do RILC/CBTU.

17.6. Quando a rescisão deste contrato ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, desde que regularmente comprovados.

17.7. Sem prejuízo da regra prevista no item anterior, na hipótese de rescisão antecipada deste contrato sem culpa da **LOCADORA**, ela deverá ser ressarcida pela **CBTU** em relação

aos gastos realizados com a elaboração e execução dos layouts necessários para adaptação do imóvel locado, em valor proporcional ao período de vigência remanescente, conforme previsto na alínea “b” do item 6.1 do Edital de Chamamento Público.

17.7.1. O ressarcimento de que trata este item está condicionado à efetiva comprovação dos gastos pela **LOCADORA**;

17.7.2. Aplica-se a regra prevista neste item ainda que a rescisão esteja fundada na revisão de trata o item 1.4 deste Contrato.

17.8. A rescisão deste contrato será devidamente publicada no Diário Oficial da União.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – RESPONSABILIDADE CIVIL

18.1. O Locador responderá por perdas e danos que a **CBTU** vier a sofrer, bem como terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações, contratuais ou legais, a que estiverem sujeitas.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – RECURSO ADMINISTRATIVO

19.1. Das penalidades aplicadas em decorrência deste contrato caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da intimação ou da ciência do ato.

19.1.1. A fase recursal obedecerá ao disposto nos capítulos III e IV, do Título IV, do RILC/CBTU.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

20.1. Fica estabelecido que quaisquer avisos e/ou comunicações entre as partes serão efetuados por escrito e dirigidos para os seguintes endereços:

20.1.1. **Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU**;

20.1.1.1. Endereço: Setor de Autarquias Sul, Quadra 01, Lote 1/6, Bloco H, Edifício Telemundi II, 11º ao 14º andar, Brasília – DF, CEP.: 70.070-010;

20.1.1.2. Correio Eletrônico: virginiaaleixo@cbtu.gov.br

20.1.1.3. Telefone: (061) 3246-8183

20.1.2. Empresa: **Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC**

20.1.2.1. Endereço: SBN quadra 01, bloco B, 14, 15º ao 18º, Asa Norte, Brasília, CEP: 70.041-902, em Brasília -DF

20.1.2.2. Correio Eletrônico: cncdf@cnc.com.br e juba@irisgestao.com.br

20.1.2.3. Telefone: (61) 3329-9500

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – ANEXOS

21.1. Integram este contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos:

- 21.1.1. ANEXO I – Termo de Referência;
21.1.2. ANEXO II – Proposta de Preços da **CONTRATADA**, datada de 05/08/2022;
21.1.3. Edital de Chamamento Público nº 002-2022/GALIC-AC/CBTU;
21.1.4. Dispensa de Licitação nº 010/GALIC/2022/CBTU-AC/P; e
21.1.5. O Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios, da CBTU – RILC/CBTU, disponível em: https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu.pdf

21.2. Em caso de divergência entre as disposições do presente Contrato e as dos documentos referidos nesta Cláusula prevalecerão a do contrato.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – CASOS OMISSOS

22.1. Os casos omissos que porventura surgirem quando da execução do objeto contratual ou da interpretação das Cláusulas deste contrato serão decididos pela **CBTU**, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e no RILC/CBTU, bem como dos preceitos de direito privado.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – PUBLICAÇÃO

23.1. Incumbirá à **CBTU** providenciar a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial da União, até o último dia útil do mês subsequente ao de sua celebração.

23.1.1. No mesmo prazo estipulado no item será disponibilizada a integralidade deste contrato no sítio eletrônico da **CBTU** na *internet*.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – FORO

24.1. As partes contratantes elegem o foro da Seção Judiciária de Brasília, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda deste Contrato.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA CONFIDENCIALIDADE

25.1. A CONTRATADA obriga-se a manter as disposições da proposta por ela formulada e do presente Contrato, bem como os dados, os documentos e as informações a que tiver acesso em decorrência do cumprimento deste Contrato em absoluto sigilo, sendo expressamente vedada a divulgação a terceiros estranhos à presente relação contratual.

25.2. A CONTRATADA compromete-se a utilizar os dados, os documentos e as informações previstas na Cláusula 15.1 apenas para o estrito cumprimento do objeto deste Contrato, sendo vedada qualquer outra utilização que não seja expressamente permitida pela CONTRATANTE.

25.3. As Partes ajustam, em comum acordo, e de forma irrevogável e irretratável, que as obrigações assumidas nesta Cláusula subsistirão mesmo após o término do presente Contrato.

26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

26.1. As Partes obrigam-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a Lei nº 12.965/2014, denominada Marco Civil da Internet, e demais legislação aplicável.

26.2. A CONTRATADA deve dar ciência aos seus empregados, diretores, prepostos, clientes, fornecedores e parceiros sobre as legislações vigentes sobre Proteção de Dados Pessoais e garantir que possui todos os consentimentos e avisos necessários para permitir o tratamento de dados pessoais dos respectivos titulares a serem necessários para a execução do serviço.

26.3. A CONTRATADA, neste ato, garante à CONTRATANTE que todos os dados pessoais coletados, produzidos, receptados, classificados, utilizados, acessados, reproduzidos, transmitidos, distribuídos, processados, arquivados, armazenados, eliminados, avaliados ou controlados pela informação, modificados, comunicados, transferidos, difundidos ou extraídos em razão do presente Contrato serão tratados em conformidade com as legislações vigentes aplicáveis, sob pena de indenizar a CONTRATANTE pelos prejuízos que esta venha a incorrer em razão de eventuais demandas judiciais ou administrativas, quer sejam prejuízos, moral, material ou perdas e danos ocasionados à CONTRATANTE, seus empregados, clientes ou fornecedores e parceiros, incluindo, mas não se limitando a, despesas com honorários advocatícios, custas judiciais e taxas administrativas.

26.4. A CONTRATADA se obriga a realizar a correção, eliminação, anonimização ou bloqueio de dados, quando notificada pela CONTRATANTE, nos casos de solicitação do titular dos dados pessoais. Ao término da relação entre as Partes, a CONTRATADA deverá eliminar todos os dados pessoais obtidos em decorrência ou relacionados à execução deste Contrato.

26.5. A CONTRATADA deverá manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizar, bem como deverá adotar as melhores práticas e implementar medidas de segurança, técnicas e administrativas, aptas a proteger os dados pessoais contra situações, acidentais ou ilícitas, de destruição, perda, alteração, comunicação, difusão, acesso não autorizado, ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito.

26.6. A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE, imediatamente, por escrito, e certificando-se do recebimento, em caso de reclamações e solicitações que venha a receber do titular de dados pessoais, bem como notificações, citações ou intimações judiciais ou administrativas em relação à conformidade com a proteção de dados identificadas em razão do presente Contrato.

26.7. Nos casos de acessos indevidos ou não autorizados ou de situações, acidentais ou ilícitas, de vazamento, destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito de dados pessoais, deverá a CONTRATADA enviar comunicação à CONTRATANTE, por escrito, e certificando-se do recebimento, imediatamente a partir da ciência do ato, contendo, no mínimo, as seguintes informações: (i) data e hora do ato em questão; (ii) data e hora da ciência pela CONTRATADA; (iii) relação dos tipos de dados afetados; (iv) número de titulares afetados; (v) relação de titulares afetados; (vi) dados de contato do Encarregado de Proteção de Dados Pessoais (DPO) ou outra pessoa junto à qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido; (vii) descrição das possíveis consequências do ato; e (viii) indicação de medidas que estiverem sendo tomadas para reparar o dano e evitar novos incidentes. Caso a CONTRATADA não disponha de todas as informações ora elencadas no momento de envio da comunicação, deverá enviá-las de forma gradual, de forma a garantir a maior celeridade possível, sendo certo que a comunicação completa (com todas as informações indicadas) deve ser enviada no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da ciência do incidente.

26.8. O eventual descumprimento de quaisquer deveres ou obrigações legais, contratuais, judiciais ou administrativos, por uma das Partes, somente gerará responsabilidade solidária nos termos previstos na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Nos demais casos, apenas a Parte responsável estará sujeita às sanções legais e contratuais cabíveis.

26.9. A CONTRATANTE terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade da CONTRATADA com a proteção de dados pessoais, sem que implique em qualquer diminuição da responsabilidade da CONTRATADA.

26.10. O presente Contrato não transfere a propriedade de quaisquer dados da CONTRATANTE ou de seus empregados, clientes, fornecedores e parceiros para a CONTRATADA.

26.11. A CONTRATADA se obriga a tratar os dados pessoais obtidos em decorrência ou relacionados à execução deste Contrato somente para a finalidade de cumprimento do Contrato, não podendo compartilhar, comercializar ou utilizar esses dados em outras finalidades.

26.12. Cada Parte obriga-se a manter o mais absoluto dever de sigilo e confidencialidade relativamente a toda e quaisquer informações e dados pessoais tratados a que ela ou quaisquer de seus diretores, empregados e/ou prepostos venham a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiado em razão da celebração e execução deste Contrato, garantindo ainda que todos os seus diretores, empregados e/ou prepostos estão devidamente instruídos e capacitados para o tratamento de dados pessoais.

27. CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DA ANTICORRUPÇÃO

27.1. As Partes declaram que conhecem e cumprem integralmente o disposto nas leis, regulamentos e disposições normativas que tratam do combate à corrupção, em especial a Lei nº 12.846/2013.

27.2. As Partes garantem que se absterão da prática de qualquer conduta indevida, irregular ou ilegal, direta ou indiretamente, por meio de seus administradores, diretores, sócios, acionistas, empregados, prepostos e/ou representantes a qualquer título, e que não tomarão qualquer ação, uma em nome da outra, contrariando a legislação aplicável.

27.3. A CONTRATADA declara conhecer o Código de Conduta e Ética da CONTRATANTE, disponível no link https://portal-bucket.azureedge.net/wp-content/2021/12/Livreto_Cod_Etica_e_Conduta.pdf, concordando e comprometendo-se a cumprir todas as disposições ali previstas aplicáveis aos prestadores de serviços.

Assim, por estarem justas e contratadas, firmam o presente, por si, seus herdeiros e ou sucessores, na presença das testemunhas abaixo.

Brasília, de de

P/ CONTRATANTE: **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU:**

José Marques de Lima
Diretor-Presidente

Adriana Fonseca Lins
Diretora de Administração e Finanças

P/ CONTRATADA: **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO - CNC:**

José Roberto Tadros
Representante legal

Testemunhas:

1 - _____
CPF:

2 - _____
CPF:

Contrato de Locação CBTU x CNC pdf

Código do documento f16786cf-9a89-428c-a4b2-fa3258ff8aa1



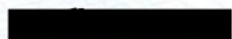
Assinaturas




Juberlandio Dionizio Neri
juba@irisgestao.com.br
Assinou como testemunha




ALAIN ALPIN MAC GREGOR
alainmacgregor@cnc.org.br
Assinou como testemunha

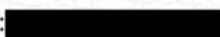


JOSE ROBERTO TADROS: 
Certificado Digital
robertotadros@cnc.org.br
Assinou como parte



ADRIANA FONSECA LINS: 
Certificado Digital
aflins@cbtu.gov.br
Assinou como parte



JOSE MARQUES DE LIMA: 
Certificado Digital
jmlima@cbtu.gov.br
Assinou como parte



JESSICA FERREIRA LISBOA
jessica.lisboa@irisgestao.com.br
Reconheceu



Eventos do documento

18 Oct 2022, 15:34:48

Documento f16786cf-9a89-428c-a4b2-fa3258ff8aa1 criado por JESSICA FERREIRA LISBOA (9d90307f-843e-4813-ad8f-5c89c7ce620f). Email: jessica.lisboa@irisgestao.com.br. - DATE_ATOM: 2022-10-18T15:34:48-03:00

18 Oct 2022, 15:43:30

Assinaturas iniciadas por JESSICA FERREIRA LISBOA (9d90307f-843e-4813-ad8f-5c89c7ce620f). Email: jessica.lisboa@irisgestao.com.br. - DATE_ATOM: 2022-10-18T15:43:30-03:00

18 Oct 2022, 15:55:12

JUBERLANDIO DIONIZIO NERI Assinou como testemunha - Email: juba@irisgestao.com.br - IP: 179.176.113.164 (179.176.113.164.dynamic.adsl.gvt.net.br porta: 5854) - Geolocalização: -15.8833 -48.0174 - Documento de identificação informado: 504.562.021-53 - DATE_ATOM: 2022-10-18T15:55:12-03:00

18 Oct 2022, 16:05:20

ALAIN ALPIN MAC GREGOR Assinou como testemunha (b51ec7ca-58b8-4636-82b4-4ea55d29f074) - Email: alainmacgregor@cnc.org.br - IP: 187.72.112.225 (187-072-112-225.static.ctbctelecom.com.br porta: 8384) - Documento de identificação informado: 599.389.351-68 - DATE_ATOM: 2022-10-18T16:05:20-03:00

18 Oct 2022, 17:16:25

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - JOSE ROBERTO TADROS:00184446287 Assinou como parte Email: robertotadros@cnc.org.br. IP: 187.72.112.225 (187-072-112-225.static.ctbctelecom.com.br porta: 30198). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC Certisign RFB G5,OU=A3,CN=JOSE ROBERTO TADROS:00184446287. - DATE_ATOM: 2022-10-18T17:16:25-03:00

18 Oct 2022, 18:15:34

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - ADRIANA FONSECA LINS:78560411704 Assinou como parte Email: aflins@cbtu.gov.br. IP: 186.200.39.162 (cbtu.gov.br porta: 2726). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=Autoridade Certificadora SERPRORFBv5,OU=A3,CN=ADRIANA FONSECA LINS:78560411704. - DATE_ATOM: 2022-10-18T18:15:34-03:00

19 Oct 2022, 07:59:14

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - JOSE MARQUES DE LIMA:65147235434 Assinou como parte Email: jmlima@cbtu.gov.br. IP: 186.200.39.162 (cbtu.gov.br porta: 31880). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC DIGITALSIGN RFB G2,OU=A3,CN=JOSE MARQUES DE LIMA:65147235434. - DATE_ATOM: 2022-10-19T07:59:14-03:00

19 Oct 2022, 08:45:53

JESSICA FERREIRA LISBOA Reconheceu (9d90307f-843e-4813-ad8f-5c89c7ce620f) - Email: jessica.lisboa@irisgestao.com.br - IP: 179.176.113.164 (179.176.113.164.dynamic.adsl.gvt.net.br porta: 8234) - Documento de identificação informado: 037.192.981-40 - DATE_ATOM: 2022-10-19T08:45:53-03:00

Hash do documento original

(SHA256):e9909e0db3c6310cc349461caa505bb62b26dd6888be1e67ebdd8151401c4ec5

(SHA512):51c38d9eb86a17094a7d81fb9371c7617dc368a806776fecc3fd20e9371a476fef8f87c669425ab2f408867670d7459f45659e42e97c445a443bf956104a4e42

Esse log pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign